

# ***A capability approach* de Amartya Sen como paradigma do desenvolvimento humano: diálogos com a crítica marxista**

Marcelo Amado Sette Mosaner <sup>1</sup>

## **Resumo**

*O presente artigo explora as principais críticas conceituais à Abordagem das Capacitações com relação a sua suposta defesa do capitalismo, individualismo metodológico e ausência de problematização de temas importantes para a teoria marxista, como o conflito capital trabalho, a exploração do trabalho e alienação, assim como a ausência de contextualização sócio-histórica. Após exploração inicial entre possíveis pontos de convergência e divergência entre a corrente marxista e à Abordagem das Capacitações, as críticas são analisadas, buscando-se identificar pontos de contribuição conceitual para o desenvolvimento da AC. Conclui-se que as críticas não invalidam o marco teórico das capacitações enquanto espaço de desenvolvimento humano e que há espaço para enriquecimento da AC caso esta incorpore elementos políticos críticos relativos ao modo de produção capitalista.*

**Palavras-chave:** Amartya Sen; Abordagem das Capacitações; Teoria da alienação de Marx; Desenvolvimento humano.

## **Abstract**

*This article explores the conceptual main criticism to the Capability Approach (CA), regarding the alleged defense of capitalism, methodological individualism and lack of questioning of central issues to the Marxist theory, as the conflict between labor and capital, labor exploitation and alienation, as well as the absence of socio-historical context. After initial exploration of possible points of convergence and divergence between the Marxist and Capabilities approaches, the criticisms are analyzed, seeking to identify conceptual contribution points for the development of the CA. We conclude that the criticism does not invalidate the theoretical framework of the CA and there is room for enriching the AC if it incorporates further criticism on political conditionings of capitalist production mode.*

**Keywords:** Amartya Sen; Capability Approach; Marx alienation Theory; Human development.

**JEL** B14, B59.

---

(1) Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

## Introdução

A *capability approach* (traduzida neste artigo por Abordagem das Capacitações, ou apenas “AC”), desenvolvida inicialmente por Amartya Sen no final dos anos setenta, pode ser entendida como um arcabouço multidisciplinar que conceitua o desenvolvimento humano como o processo de expansão do leque de oportunidades individuais para realizações de opções de vida pensadas e desejadas. No jargão da AC, as capacitações, ou melhor, “*capabilities to function*” comporiam o conjunto de “seres” e “fazeres” constituintes da vida humana e que tem valor intrínseco a cada indivíduo (Sen, 1979, 1992, 1993, 1999). Em outras palavras, este marco normativo pretende avaliar o processo de desenvolvimento como o processo de ampliação de leques de escolha de conjuntos de liberdades individuais cujo valor seria constitutivo da própria condição humana, e não apenas instrumental para obter maiores rendimentos ou uma melhor condição de vida, tendo aplicações crescentes para a mensuração do bem-estar, da pobreza e da desigualdade (Comim, 2008; Robeyns, 2009). Há um número crescente de ferramentas de mensuração do desenvolvimento humano que auto situam sua fundamentação teórica na AC, algumas delas com aplicação relevante em políticas públicas, como o IDH, o IPM (Índice de Pobreza Multidimensional) e o Índice de Progresso Social (IPS), dentre outros.

Embasado numa crítica às limitações da Economia do Bem-Estar (*Welfare Economics*) em capturar elementos centrais da realidade social sem distorções, e construindo sobre a Teoria da Escolha Social (*Social Choice*), Sen constrói a AC como uma abordagem normativa aberta e propositalmente incompleta afim de possibilitar o ordenamento parcial de estados sociais incomensuráveis. A despeito do impacto crescente desta abordagem em aplicações empíricas, a AC tem sido alvo de críticas conceituais de autores como Ben Fine (2001), Malcolm Bull (2007), Hartley Dean (2009) e Denis O’Hearn (2009) que apontam para seu “excesso de liberalismo”, ausência da problematização acerca das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção e de seus possíveis entraves para a operacionalização do conceito de desenvolvimento como liberdade de Sen. Segundo tais autores, o excesso de liberalismo e individualismo presentes nesta abordagem obscureceriam aspectos importantes da realidade social, como as relações assimétricas de poder presentes no sistema capitalista (Dean, 2009), o reducionismo microeconômico, localismo

e falta de compreensão do processo histórico (O’Hearn, 2009) e a tensão indivíduo-sociedade e a falha em construir categorias em seu contexto histórico social (Fine, 2001), dentre outros aspectos mencionados adiante.

A crítica destes autores converge para a ideia de que o individualismo metodológico advogado por Sen mascararia contradições inerentes ao modo capitalista de produção, como a geração de desigualdades de renda e riqueza e a subjugação do Estado à lógica autônoma do capital, evidenciada por políticas de favorecimento à grandes corporações, que podem minar a proposição de conceituar o desenvolvimento humano por meio da expansão de liberdades individuais. Tais críticas aludem a conceitos desenvolvidos por Marx, principalmente a sua teoria da alienação, desenvolvida no Livro I de *O Capital*, na medida em que remetem à temáticas conhecidas como o conflito entre aparência e essência, o processo de reificação das relações sociais ligadas ao trabalho abstrato, e a decorrente alienação do trabalhador e das relações sociais resultantes destes vetores, num processo de desumanização do humano. O trabalho aparece já nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* como a forma central de efetivação do ser social, fator gerador de nossos valores e crenças, portanto forma de geração de valor social da qual o ser humano dependeria para realizar-se como “ser” autônomo e digno de desenvolver-se. Sendo o trabalho a mediação entre homem e natureza, dele deriva toda e qualquer possibilidade de emancipação política e social, e de modo mais amplo, do trabalho derivaria a prosperidade humana em termos da ativação de plenas liberdades de desenvolvimento individuais – liberdades estas que seriam então severamente constringidas no modo de produção capitalista.

O objetivo deste artigo é esboçar possíveis articulações entre tais críticas à AC acima relacionadas e partes do escritos de Marx que dialogam com elas, de modo a explorar em que medida estas poderiam ameaçar ou não a validade conceitual do marco normativo desenvolvido por Sen. Para chegar nesta análise exploratória, partimos de uma comparação acerca de semelhanças e diferenças entre as duas correntes – A Abordagem das Capacitações de Sen e Nussbaum<sup>2</sup> e a Teoria da Alienação de Marx, mostrando que ambas tem em sua origem uma

---

(2) Devido ao espaço limitado deste artigo, não abordaremos as diferenças presentes nas interpretações de Sen e Nussbaum, que situam-se basicamente na discussão acerca da possibilidade de criação de listas de capacidades humanas centrais.

preocupação humanista acerca da motivação humana e do bem-estar, que levam em consideração não apenas a conquista de bem-estar material mas também o processo de emancipação e autodeterminação inerentes ao “ser” humano.

O texto é dividido em seis seções, incluindo a presente introdução. Na primeira seção o desenvolvimento da AC é contextualizado à luz da trajetória intelectual de Amartya Sen, enfocando em seu método investigativo. Na segunda seção os elementos centrais da Teoria da Alienação de Marx são recuperados, finalizando com uma análise preliminar das semelhanças e diferenças entre as duas abordagens. Na terceira seção as críticas de Fine, Bull, Dean e O’Hearn são analisadas, buscando uma síntese de seus pontos de convergência, para então esboçar, na quarta seção, as respostas da AC ao rol de críticas dirigidas à este paradigma pelos autores supracitados, ponderando sobre o valor da contribuição do construto teórico de Sen à luz destas críticas. Conclui-se com os comentários finais que, considerando o exposto ao longo do artigo, as críticas à AC não ameaçam sua validade teórica e conceitual, mas oferecem importante contribuição no sentido de incorporar a economia política às análises empreendidas pela Abordagem das Capacitações.

## **1 O desenvolvimento humano segundo a Abordagem das Capacitações: método e objeto de Amartya Sen**

Amartya Sen inicia sua carreira na Universidade de Cambridge nos anos 1950 e, partindo do pensamento neoclássico, passa a tratar de temas de escolha social (*Social Choice*) e economia do bem estar (*Welfare Economics*), apresentando críticas crescentes aos limites morais e à padrões de ultra simplificação do paradigma neoclássico em que estava inserido. A partir da década de sessenta, Sen estudou como valores sociais podem ser capturados nas escolhas sociais coletivas, dando atenção a temas da desigualdade social, justiça e pobreza humana. Este movimento em direção ao estudo de valores sociais e da escolha social encurtou a distância entre o “fato econômico” e os “valores sociais” no pensamento do autor, que passou a reconhecer gradualmente as restrições informacionais e operativas da ortodoxia econômica (Bagchi, 1988).

Sen (1989) parte do reconhecimento da heterogeneidade da economia como um tema de estudo e a diversidade das motivações da ação humana.

Segundo o autor, desempenhamos, em economia, ao menos três exercícios fundamentais, diversos e inter-relacionados, cuja importância deve ser reconhecida individual e conjuntamente, a saber: (1) prever o futuro e entender as relações de causalidade, explicando eventos passados; (2) descrever estados e eventos no passado e no presente de forma apropriada e; (3) prover avaliação normativa de estados, instituições e políticas públicas.

É neste contexto que o marco da Abordagem das Capacitações (AC) surge a partir da análise crítica às restrições informacionais da teoria utilitarista (Sen, 1977; 1979); da Teoria da Escolha Social epitomizada pelo Teorema da Impossibilidade de Arrow (Sen, 1979) e da leitura crítica do Princípio da Indiferença concebido por John Rawls (Sen, 1979; 2011), *inter alia*. A restrição informacional decorreria essencialmente de dois focos – “a admissibilidade de uso de diferentes tipos de informação em avaliações morais” (Sen, 1985 p.169), ou seja, da necessidade de reincorporação sistemática da moral em avaliações da realidade social humana, e do problema da estilização e excesso de simplificação da representação social na teoria econômica utilitarista, devido à formalização do interesse próprio como princípio econômico, fator que pode engendrar distorções significativa no modelo representativo. (Sen, 1977). Em síntese, Sen defende que a Abordagem das Capacitações (chamada na passagem abaixo de “*freedom-based perspective*”) pode incorporar os méritos de casa umas das vertentes criticadas, gerando uma espécie de síntese do utilitarismo, libertarianismo e de teoria de Rawls capaz de incorporar a racionalidade ética no espaço informacional avaliado pela teoria econômica:

*The freedom-based perspective can take tone of, inter alia, utilitarianism's interest in human well-being, libertarianism's involvement with processes of choice and the freedom to act and Rawlsian theory's focus on individual liberty and on the resources needed for substantive freedoms* (Sen, 1999, p. 86).

Segundo este marco normativo, usado essencialmente para avaliações arranjos sociais em relação a temas como padrões de vida, bem-estar, justiça social, desigualdade e pobreza (Comim, 2008; Robeyns, 2009), o processo de desenvolvimento humano consiste no processo de evolução gradual das liberdades individuais, cristalizado sobre a expansão da *capability* dos agentes. O termo *capability*, traduzido em português como “capacitações”, é melhor descrito

como atributos necessários ou possibilidades de “ser” e “fazer” que as pessoas necessitam e valorizam de acordo com seu próprio juízo de valor (Sen, 1992). Os conceitos de *capability* e *functionings* desenvolvidos por Amartya Sen no início da década de oitenta, foram sistematizados posteriormente<sup>3</sup>, conformando a conceituação do desenvolvimento humano como o processo de expansão do leque de opções e direitos objetivos e subjetivos a que um indivíduo tem acesso. Segundo esta leitura, a autodeterminação e o acesso às oportunidades consideradas essenciais à vida são essenciais ao desenvolvimento humano inclusivo, no qual as pessoas atuam ativamente no processo de construção do padrão de vida almejado por meio do processo de deliberação coletiva e razão crítica. A mensuração empírica deste processo dar-se-ia pela expansão do universo de liberdades individuais *de facto* disponíveis aos indivíduos – ou no jargão da AC, a expansão de seu vetor de capacitações (Sen, 1999).

Na realidade, tais “oportunidades reais” as quais indivíduos tem acesso são conceituadas pelo termo “*capabilities to functioning*”, ou apenas “*capability*”, ou seja, as condições e pré-requisitos essenciais aos “seres” e “fazeres” que sustentam a qualidade de vida. Estes “seres e fazeres” são conhecidos como *functionings*, que pode ser traduzido como “funções” ou até mesmo “funcionamentos”, que podem ser positivos, como ser bem-nutrido e viver com saúde, ou liberdades negativas, como escapar à mortalidade prematura e o direito de viver livre de malária. Capacitações denotam apenas possibilidades, enquanto funcionamentos denotam o exercício efetivo de uma ou mais capacitações. A diferença é relevante no sentido de que uma medição direta das realizações pode excluir do espaço informacional a liberdade de escolha e autodeterminação individual. Em outras palavras, medir as condições mínimas para que uma pessoa possa levar uma vida considerada “digna de ser vivida”, (“*capabilities to function*”) ao invés do real aproveitamento destas condições (“*achieved functionings*”) provê um maior embasamento para avaliação da evolução de arranjos sociais na medida em que melhor retrata a heterogeneidade humana, uma vez que cada indivíduo e realidade social tem taxas de conversão de possibilidades em realizações pessoais diferentes e muitas vezes incomensuráveis (Sen, 1992; Alkire, 2008).

---

(3) O termo foi primeiramente apresentado em conferência na Universidade de Stanford em 1979, que deu origem ao artigo “*Equality of What?*” (1980).

Exemplos de “funcionamentos” mais complexos seriam ser feliz, respeito próprio (*self-respect*) e participar da vida comunitária, dentre outros. Apesar das grandes dificuldades em medir tais “funcionamentos”, ainda temos a questão de que mesmo que indivíduos que tenham acesso às oportunidades necessárias para realizá-los, há sempre indivíduos que não atribuem valor a tais funcionamentos, e por isso não os realizam. O conjunto de capacitações (“*capability set*”) representa então “as várias combinações de funcionamentos [seres e fazeres] que uma pessoa *pode* atingir”, deste modo, pode ser considerada como um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade pessoal de levar um ou outro determinado tipo de vida ou outra” (Sen, 1992, p. 39-41).

Amartya Sen defende que tal arcabouço teórico não deve restringir-se à ciência econômica, devendo ser fruto de constante intercâmbio multidisciplinar entre a filosofia, a ética e a economia. A AC pode ser situada ainda em uma área da economia heterodoxa que pretende um alargamento do espaço informacional da Economia do Bem-Estar (*Welfare Economics*) para além do *mainstream*, advogando diversidade metodológica e rejeitando maximização, otimização e critérios mecânicos de eficiência técnica. Para Sen (1996), a moderna teoria do bem-estar social precisa adentrar em métodos mais plurais na direção da economia ortodoxa, incorporando mais informações a seu espaço informacional. Sen considera a economia do bem-estar um ramo importante da ‘razão prática’ (*practical reason*) cuja complexidade não deve ser reduzida a critérios mecânicos de eficiência ou à maximização do PIB, advogando que não há motivo para que a Economia do Bem-Estar evite exercícios de razão prática discutidas por filósofos de peso como Aristóteles, Kant, Adam Smith, Hume, Marx e Mill, reduzindo seu escopo de análise às fórmulas de maximização de utilidades, padrões de otimização e critérios mecânicos de eficiência técnica ou maximização do produto:

*Welfare economics is a major branch of ‘practical reason’. There are no good grounds for expecting that the diverse considerations that are characteristic of practical reason, discussed among others, by Aristotle, Kant, Smith, Hume, Marx, or Mill, can, in any sense, be avoided by taking refuge in some simple formula like the utilitarian maximization of utility sums, or a general reliance on optimality, or going by some mechanical criterion of technical efficiency or maximization of the gross national product* (Sen in Farina et al., 1996, p. 61).

Segundo Vizard (2005), a contribuição de Sen se deu de duas maneiras, que se reforçam mutuamente: (1) pela possibilidade de inclusão de temas de pobreza extrema, fome e desnutrição, morte prematura e analfabetismo na agenda internacional, possibilitando a conceituação de liberdades fundamentais e direitos humanos possibilitando seu acompanhamento, medição e desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas; e (2) num segundo plano, as limitações do paradigma da avaliação de estados de bem-estar por meio da renda e das utilidades foram elucidadas, abrindo caminho para um arcabouço normativo que considera não apenas o valor instrumental de determinadas capacitações, mas também seu valor intrínseco, componente fundamental da motivação humana em sua luta diária para livra-se de privações e expandir seu leque de possibilidades. O valor intrínseco da educação, por exemplo, pode ser justificado pela própria formação do ser humano como ser pensante e agente de seu processo de desenvolvimento pessoal e valor intrínseco da socialização do jovem, ao passo que o valor instrumental da educação, muito presente em outras abordagens, seria apenas instrumental para a colocação no mercado de trabalho e geração de renda.

O processo do desenvolvimento humano pode então ser analisado e avaliado dentro deste marco normativo como o aumento do universo de possibilidades, de liberdades positivas e negativas, que os seres humanos podem e desejam desfrutar. Este marco é constituinte do paradigma de desenvolvimento humano atualmente adotado pelas Nações Unidas, o que pode ser constatado pela criação do IDH e dos Relatórios de Desenvolvimento Humano à partir de 1990, situando o desenvolvimento nos campos da saúde, educação e do acesso à bens essenciais. O conceito de desenvolvimento humano apresentado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil ilustra como este discurso foi adotado integralmente pelas Nações Unidas:

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

A AC é propositalmente aberta e incompleta justamente para que a definição do que constituiria “uma vida longa e saudável” possa ser encarada como um exercício de valoração moral realizada por meio da deliberação pública, agência e auto-determinação dos povos, portanto, as categorias de análise do “bem-estar” não são previamente definidas pela AC, sendo relegadas às aplicações de campo, como por exemplo nas propostas de avaliações de impacto de projetos geradores de renda para populações em situação de pobreza propostas por Alkire (2002a), que incorporam a voz de comunidades acerca de quais dimensões do desenvolvimento devem ser incorporadas no exercício avaliativo.

Em síntese, a Abordagem das Capacitações surge de uma tentativa de mensurar o desenvolvimento humano alargando as bases informacionais da economia do Bem-Estar Social, agregando a discussão ética em seus exercícios de compreensão qualitativa e comparativa entre arranjos sociais. Estes exercícios compreendem, como vimos, a geração de prognósticos, a análise descritiva de eventos passados e análise comparativa entre arranjos sociais distintos no espaço e no tempo, além de prover avaliação normativa de estados, instituições e políticas públicas. Para que seja possível realizar estas funções, a AC busca realizar comparações entre os leques selecionados de capacitações (*capability to function*) em arranjos sociais diversos, considerando a expansão das oportunidades individuais em diversas dimensões de qualidade de vida ou privações como métrica do desenvolvimento humano.

## **2 A Teoria da Alienação de Marx e a Abordagem das Capacitações: convergências e divergências**

Marx aponta para relação intrínseca entre o modo de produção de bens materiais e a forma social no qual o processo de produção se encerra. No modo de produção capitalista não existiriam relações permanentes e determinadas entre os agentes econômicos, sendo as relações de produção entre as pessoas estabelecidas através do *movimento de mercadorias*, das “coisas”, característica que leva à reificação das relações de produção entre as pessoas (Rubin, 1987). A ‘autoalienação’ humana, entendida como a “aparência material que encobre as características sociais do trabalho” (Marx, 2014), é representada tanto por detentores dos meios de produção como por não-detentores (trabalhadores,

operários), sendo que enquanto para os detentores encontram-se satisfeitos nesta definição, os trabalhadores encontram-se derrotados, anulados, deixando transparecer os aspectos não-humanos de sua existência. O operário aliena sua personalidade e aliena de si o produto de seu trabalho (Rubin, 1987 p. 70).

Para Marx (2004) em seus *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, o ser humano se distingue das demais espécies justamente por sua especificidade, aquilo que o faz ‘único’: sua capacidade de pensar, modelando suas atividades de vida de acordo com seu desejo, e com sua consciência. Se for verdade que nossas ações conformam o mundo, assim como definem a nós mesmos, e que é pela reprodução socialmente livre e consciente que o ser humano cria o seu *sentido essencial de existência*, então a subordinação ao trabalho manual, mecânico, desconexo de seu objetivo ou função social, no qual o produtor é alienado do produto de seu trabalho, não podem prover qualquer sentido além da mera subsistência (Marx, 2004). A expansão do leque de liberdades individuais, portanto, não teria qualquer sentido quando subscrito à estas condições. Sob esta ótica, o capitalismo frustraria a possibilidade de desenvolvimento humano como um espaço de desenvolvimento pleno e ilimitado das potencialidades humanas, ao subordiná-lo aos processos de abstração do trabalho e da alienação social.

Há semelhanças entre o trabalho do jovem Marx – presente já nos Manuscritos – e a Abordagem das Capacitações derivam de suas origens filosóficas e raízes humanistas comuns. Conforme apontado por diversos autores (Crespo, 2008; Jirsa, 2013) e pela leitura das próprias obras de Sen (2006) e Nussbaum (2000), ao subtrair as diferenças de interpretação das duas abordagens podemos chegar a uma origem aristotélica comum, essencialmente do conceito de uma boa vida da *Ética à Nicômaco*, designado pelo termo *Eudaimonia*. Outra fonte comum entre as duas abordagens é a releitura humanista das obras de Adam Smith e John Stuart Mill (Sen, 2006; Qizilbash, 2008; Bonfim, 2012), muito embora o grau de influência e implicações conceituais dessas origens comuns estejam muito além do alcance deste artigo, por hora é suficiente dizer que o conceito de prosperidade humana, ou desenvolvimento humano, pelas lentes de Marx, Sen e Nussbaum refletem o conceito aristotélico de *Eudaimonia* (εὐδαιμονία), que relaciona o bem-estar individual e a prosperidade coletiva, pois o maior objetivo da economia seria servir à pólis buscando o bem-estar dos

cidadãos. *Eudaimonia* apresenta uma concepção dinâmica, de auto-realização e bem-estar no processo de viver per se. Seria o objetivo final de todo fazer e toda deliberação, sendo um fim em si mesmo, auto-suficiente. Por este marco, o valor intrínseco do “ser” humano e sua qualidade de vida seriam determinadas por meio do nível de atividades realizadas consideradas fundamentais à nossa existência (Jirsa, 2013).

A capacidade humana de perseguir realizações com valor intrínseco ao ser e atingir funcionamentos (no jargão da AC) que os indivíduos têm razão para valorizar e perseguir ressoa intuitivamente na Teoria da Alienação de Marx, que atribui valor à promoção da liberdade como bem intrínseco e instrumental para o desenvolvimento e bem-estar humanos. O homem não seria apenas mais um dos seres da natureza. O conceito de *Gattungswesen*, ora traduzido como a própria “essência humana”, diferencia o ser humano dos demais animais pela sua capacidade de carregar dimensões do “ser” para consigo próprio, remetendo ao caráter único da vivência humana e sua sensibilidade. A relação com a AC se fortalece na medida em que convergem os conceitos de liberdade como a auto-determinação para perseguir os conjuntos de seres e fazeres em busca de seus próprios fins, assim como a importância intrínseca da questão da “agência”, da necessidade de participação coletiva pela busca de melhores condições, e não apenas a conquista de melhores condições materiais per se. Em Marx, alienação representa a frustração do desenvolvimento do homem, sua incapacidade de agir em prol de seus desejos e aspirações mais profundos, e a ideia de que o homem teria cedido aquilo que é de mais essencial de sua natureza à algo ou alguém (McLellan, 1980).

Ambas correntes expandem o objetivo social para além do estrito enriquecimento pessoal e simples melhoria das condições materiais de vida. O aperfeiçoamento destas condições se daria segundo juízo de valores individual acerca do que constituiria tal hierarquia de condições de vida, não se restringindo a condições materiais dissociadas de qualquer envolvimento político-cidadão. Consequentemente ambas as teorias apresentam críticas à escola microeconômica surgida no século XIX: a exploração dos limites da representação do tecido social por meio de medidas subjetivas de bem-estar, como curvas de utilidades, foi severamente criticada por Amartya Sen em diversos artigos. Do mesmo modo, a

teoria do valor trabalho de Marx conceitua objetivamente o processo de criação de valor de modo a dispensar outras interpretações de natureza subjetiva. (Marx, 2014; Sen, 1977).

Para ambas teorias as condições essenciais da vida ou aquelas que deveriam ser valorizadas representariam muito mais do que apenas uma sensação ou sentimento: Para Marx, podemos ser alienados sem ao menos tomar conhecimento disso. O conceito de alienação, além de dar voz à incapacidade individual de desenvolver certas potencialidades e atividades importantes, aponta ainda para alguns aspectos que não podem ser tão facilmente identificados (Chooback, 2012). Este tema remete ao conceito de preferência adaptada, desenvolvido originalmente por Jon Elster, que ressoa na separação de capacitações (*Capability*) como possibilidades latentes, necessariamente disponíveis aos indivíduos, mas não necessariamente exercidos, devido à valorização da escolha pessoal. Segundo Elster (1982), preferências adaptadas são o resultado de um processo adaptativo que reduz o nível de frustração e descontentamento de desejar o que não pode ser atingido. Para Teschl e Comim (2005), o problema da preferência adaptada é o ponto focal da Abordagem das Capacitações, justificando sua adoção como marco normativo. O argumento central de Sen nesse sentido é que há grande dificuldade de mensuração do bem-estar por critérios subjetivos, como “utilidade” e satisfação de preferências, pois os indivíduos tendem a se adaptar às situações adversas e desenvolver critérios de bem-estar restritos à sua realidade.

A motivação de Marx em encontrar respostas a estes condicionantes sociais ultimamente o levou a relacionar as contradições intrínsecas ao modo capitalista de produção ao engendramento da alienação de modo indissociável a este modo específico da organização da produção, decorrente de processo histórico particular. É neste passo que as duas correntes divergem: ao passo que, para Marx, a superação do modo capitalismo de produção e sua natural substituição pelo sistema comunista representam o único escape possível das correntes da alienação e da exploração humana, enquanto que a AC trabalha com arranjos sociais existentes de modo a buscar alternativas de melhorias à contextos específicos, sem advogar maior mudanças no *status quo*, nos mecanismos profundos que levam à desigualdade de condições.

É útil neste ponto lembrar que a experiência de Marx com as condições de trabalho desumanas da Inglaterra do Século XIX impossibilitou que ele concebesse qualquer possibilidade de melhoria social a partir do paradigma vigente, fator que levou a constituição das leituras políticas revolucionárias de Marx entorno da coletivização dos meios de produção para romper como ciclo de práticas abusivas de longas jornadas de trabalho, condições insalubres nas fábricas e o trabalho infantil. Décadas após a publicação de *O Capital*, coadunaram pressões políticas resultando no fortalecimento de direitos sociais e trabalhistas na Inglaterra, que foram sendo gradualmente expandidos mediante a luta e paralisação da classe operária, contudo muitos destes avanços ocorrem após o tempo de vida de Marx, dando maior subsídio a tese de que era simplesmente inconcebível que pudesse existir condições decentes de vida dentro do capitalismo industrial selvagem de sua época (Chooback, 2010).

### **3 Críticas à Abordagem das Capacitações**

Para Denis O’Hearn (2009), os aspectos aparentemente progressistas e humanos do conceito de desenvolvimento humano como expansão das liberdades individuais formulada por Sen (1999) são sobre compensados por seu individualismo, por sua fundamentação microeconômica e pela exclusão da macroeconomia, localismo e falta de compreensão do processo histórico. Essencialmente, Sen propõe que o desenvolvimento é dirigido pelo capitalismo laçado com ‘bons valores’: transparência, confiança, comportamento ‘decente’, etc. (Sen, 1999), sem apresentar uma teoria que explica a origem desta ética. O’Hearn (2009) aponta como surpreendente o fato de Sen – no contexto de seus estudos sobre pobreza em regiões menos favorecidas do mundo – não ter desenvolvido uma teoria do capitalismo global que abordasse as assimetrias de poder cristalizadas pelo comportamento de instituições financeiras, divisão internacional do trabalho e padrões desiguais de trocas comerciais entre países e regiões.

O foco metodológico no indivíduo, proposto pela Abordagem das Capacitações, tenderia a distorcer a compreensão do processo histórico e de suas características sistêmicas porque as consequências econômicas destes processos são transferidas para indivíduos e para Estados, sem se dar conta que até mesmo

as grandes democracias ocidentais têm cada vez menos controle dos processos econômicos e sociais que afetam suas populações. Mesmo humanista em sua gênese – aponta O’Hearn (2009) – Sen não apresenta críticas estruturais às instituições, na medida em que se resguardaria em seu individualismo, propondo apenas um espaço de análise de arranjos sociais e políticas públicas de modo a propor “ajustes pontuais” e que reflitam pequenos avanços nas métricas de liberdade, equidade e direitos humanos, sem que haja um questionamento acerca do *status quo*, das estruturas de poder que produzem desigualdade de condições de vida entre as pessoas, países e grupos sociais. Analistas do capitalismo global demandariam conceitos de desenvolvimento que enfatizem direitos coletivos de grupos sociais mais vulneráveis, como mulheres e pobres, em buscar rotas alternativas ao “Desenvolvimento como Liberdade”, em alusão à obra de Sen (1999).

Hartley Dean (2009), defende que o conceito de ‘*capability*’ é essencialmente um conceito liberal e individualista que obscurece o entendimento de [ao menos] três aspectos da realidade social: (1) a natureza interdependente do ser humano; (2) a problemática do domínio público e (3) a natureza exploradora do modo capitalista de produção. No espaço avaliativo das capacitações, o indivíduo é objetivamente distanciado das relações de poder constituintes de sua identidade e de suas possibilidades de vida, desvelando uma tendência fetichista de condenação da interdependência humana: o indivíduo seria uma criatura vulnerável que sobrevive por meio de sua ligação e dependência ao outro. A interdependência é vista com maus olhos: Fruto de fraqueza, despreza o caráter altruísta da interdependência e seu poder de construção de entendimentos coletivos e variabilidade intercultural. Embora reconheça que algumas capacitações possam assumir traços de altruísmo e colaboração com grupos sociais, como as capacitações de afiliação à grupos e de compaixão, presentes na lista proposta por Nussbaum (2000), o objetivo central deste debate deveria ser a promoção de apoio afirmativo para capacitações relevantes, criando um ‘espaço no qual até mesmo o indivíduo mais prejudicado e dependente possa “trocar amor e desfrutar da luz e do som, livre do confinamento e da zombaria” (Nussbaum, 2000).

Dean (2009) aporta o conceito de “vida ética” (*‘ethical life’*) (Honneth, 1995) como antagônico ao conceito de “uma vida boa e digna de ser vivida” conceituada pela Abordagem das Capacitações, pois esta inclui não apenas capacitações, mas também o amor e a solidariedade, que nos permitirá construir as bases do auto-respeito por meio do reconhecimento dos desejos e aspirações mútuas, assim como reconhecimento da constituição do ‘humano’ a partir de nossas diferenças. O autor também dirige críticas as referências da AC ao “domínio público” e “deliberações coletivas” apontando as dificuldades em atingir consenso por meio de deliberações públicas, que não raro suprimem conflitos e reprimem descontentamentos, podendo acabar por reforçar pressupostos hegemônicos. A crítica do autor também abarca o problema do esvaziamento da esfera do “público” e do Estado na época atual. Os papéis do Estado e da sociedade civil precisam ser reconfigurados de modo a produzir formas mais ‘permeáveis’ de democracia, capazes de dirimir problemas de desigualdade e justiça perpetuadas pelo capitalismo.

A preocupação central de Dean é que a ascensão da AC distraia a atenção recebida por outras linhas filosóficas do desenvolvimento humano, como a *politics of needs* (Soper, 1981) e a interpretação das necessidades (Fraser, 1989), advogando que o discurso da luta por direitos civis provê um caminho estratégico – mais imediato e mais forte – para a promoção dos direitos humanos do que a AC, principalmente se as capacitações forem construídas em um espaço que exclua os direitos já conquistados ou no qual estes direitos possam ser contestados. A AC seria adequada para uma abordagem na qual o consenso é possível, mas dada às contradições inerentes ao sistema capitalista, a política do desenvolvimento deveria ser sobre o esforço da luta e não sobre temas consensuais (Dean, 2009).

Malcolm Bull (2007) considera que, apesar da AC estar alinhada com noções do que seria uma “boa vida” presente nas primeiras obras de Marx, a AC se distancia demais dos últimos escritos de Marx, pois a defesa do mercado livre e de ‘trocas justas’ de Sen inevitavelmente contrasta com a alienação do trabalhador, por meio de trabalho repetitivo, ‘infinito’ e que, portanto, distancia o ser humano de sua humanidade. O contrato de trabalho nunca pode ser completamente livre ao passo que a classe trabalhadora depende da venda de sua

força de trabalho para sua subsistência. Ademais, numa economia de mercado, determinadas capacitações, como cuidar dos filhos pequenos, o trabalho voluntário e doméstico não possui valor troca e, portanto, não são recompensados como trabalho socialmente necessário, de modo que nossas percepções são distorcidas, comprometendo nossas capacitações (Bull, 2007; Dean, 2009).

A construção do indivíduo como uma abstração portadora de direitos, liberdades e capacitações é criticada por Marx como “direitos ilusórios da vida social” sob a qual as relações capitalistas de produção, longe de manifestarem a liberdade do sujeito, não seriam “nada além da expressão de sua escravidão absoluta e da perda de sua natureza humana” (Marx, 1845, p. 225 apud Dean, 2009). A AC pode demandar liberdades substantivas a serem escolhidas, mas o sujeito permanece tão abstrato como sempre e suas supostas escolhas são construções formais e não demandas substantivas.

Ben Fine (2001) salienta que o legado da Teoria da Escolha Social (*Social Choice Theory*) ainda deixa obstáculos mal resolvidos na obra de Sen como a tensão micro-macro (individual e social), o alto nível de generalismo, apesar da atenção a temas específicos e concretos como a fome, a desigualdade e a pobreza, a falha em construir o sentido de categorias em seu contexto histórico-social, a falta de precisão em estipular o alcance de mercados, *commodities* e capacitações em outros eixos de análise e a incorporação ainda limitada de contribuição de outras ciências sociais. Em síntese, Sen teria falhado em não elaborar, ou ao menos adotar mais resolutamente, uma *economia política do capitalismo*.

Ainda para Fine (2001), as principais contribuições de Sen são melhor representadas por seu recuo do ‘excesso de neoliberalismo’ que insiste em tratar todo assunto em termos da dualidade mercado versus estado, e seu recuo de um “excesso de pós-modernismo” que visa a conectar a construção social de sentido com suas fundações materiais. O Quadro 1 sintetiza as principais críticas levantadas por estes autores e as respostas dos autores da Abordagem das Capacitações.

Quadro 1  
Principais críticas conceituais à Abordagem das Capacitações

Autor	Críticas
O’Hearn (2009)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Individualismo;</li> <li>• Fundamentação microeconômica;</li> <li>• Localismo;</li> <li>• Falta de compreensão do processo histórico.</li> </ul>
Hartley Dean (2009)	<p>Conceito de <i>capability</i> é liberal e individualista e obscurece:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a natureza interdependente do ser humano;</li> <li>• a problemática do domínio público; e</li> <li>• a natureza exploradora do modo capitalista de produção.</li> </ul>
Ben Fine (2001)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tensão micro-macro (individual e social),</li> <li>• Generalismo</li> <li>• Falha em construir categorias histórico-sociais</li> <li>• Falta de precisão em estipular o alcance de mercados e commodities</li> <li>• Contribuições bastante limitadas de outras ciências sociais.</li> <li>• Excesso de liberalismo</li> </ul>
Malcolm Bull (2007)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defesa do mercado livre e de ‘trocas justas’ de Sen contrasta com a alienação do trabalhador, que o distancia de sua humanidade;</li> <li>• Capacitações que não possuem valor de troca no mercado não são recompensados como valor socialmente necessário e tem seu acesso dificultado;</li> <li>• Indivíduo visto como uma abstração portadora de direitos, liberdades e capacitações é a forma aparente da realidade, representando expressão de sua escravidão absoluta e da perda de sua natureza humana.</li> </ul>

Fonte: Fine (2001); Bull (2007); Dean (2009) e O’Hearn (2009). Elaboração do autor.

Embora inter-relacionados, foi possível agrupar grosseiramente as críticas apresentadas pelo Quadro 1 acima em três conjuntos principais para que seja possível tratar minimamente de cada conjunto de críticas dentro do espaço delimitado na próxima seção:

**a. Tensão individual x coletivo:** Tensão micro-macro (individual e social) / Individualismo / Falha em construir categorias histórico-sociais / a natureza interdependente do ser humano / a problemática do domínio público;

**b. Liberalismo / Capitalismo:** Fundamentação microeconômica / defesa do mercado livre e de ‘trocas justas’ de Sen / excesso de liberalismo / Acesso à capacitações com pouco ou sem valor de troca;

**c. Conflito capital-trabalho:** Generalismo / Indivíduo como uma abstração portadora de capacitações subordinados à venda de sua força de trabalho, (conflito aparência e essência) / a natureza exploradora do modo capitalista de produção / localismo / falta de compreensão do processo histórico.

#### **4 Respostas à crítica marxista da Abordagem das Capacitações**

##### **a) Críticas relativas à tensão individual-coletivo, micro-macro e individualismo**

Diversos autores criticaram o aspecto individualista da Abordagem das Capacitações. A opção pelo foco metodológico na expansão das capacitações efetivamente disponíveis aos indivíduos, inevitavelmente desloca o espaço de análise da conjuntura microeconômica, e das grandes estruturas do sistema de produção, para uma análise focada na população e no atendimento de necessidades primárias de vida. Sen defende as vantagens do individualismo metodológico por meio da tese humanista de que a expansão das liberdades individuais em última instância permitirá a plena emancipação do indivíduo para que este busque a vida que deseja viver (Sen, 1999). O foco apresenta vantagens pois constrói um espaço avaliativo que permite a mensuração direta do bem-estar, possibilitando a desagregação de medidas de pobreza e demais métricas do desenvolvimento humano para além da unidade familiar, mostrando inclusive desigualdades intrafamiliares. O tema acerca da inclusão de capacitações coletivas já vem sendo debatido por pesquisadores da AC, como Séverine Deneulin, que pontua que a AC teria maior capacidade de retratar a realidade social e fazer análises mais precisas se incorporasse as relações de interdependência entre indivíduos e coletividades. Deneulin (2008) defende o uso de estruturas relacionais de convivência (*structures of living together*) para enriquecer a análise da AC por meio da incorporação do processo de criação de valores coletivos, que também constituem capacitações individuais. Tal opção metodológica por incluir capacitações coletivas no espaço avaliativo estaria em

melhor condições de captar os entendimentos distintos que cada agrupamento humano tem acerca dos fins do desenvolvimento.

Para Dean (2009), os relacionamentos interpessoais produzem conflitos, negociações e lutas de modo que a explicitação destes laços de interdependências marcados pelo amor e pela solidariedade enriqueceria a representação social pretendida pela AC. A incorporação destes traços podem permitir reconhecer os desejos e aspirações mútuas, possibilitando o respeito mútuo com base em nossas diferenças.

Na impossibilidade de tratar de modo mais detalhado da extensa problemática das capacitações coletivas no limitado espaço deste artigo, serviria a nosso propósito exploratório situar a crítica de Dean (2009) e de Deneulin (2008) como importantes contribuições para o avanço da AC, pontuando que não há um conflito necessário entre as contribuições originais de Marx esboçadas acima e a opção metodológica individualista da AC, mas críticas relativas a esta temática podem contribuir enormemente com a superação de problemas de ultra simplificação e estilização da realidade social, problemática esta tratada por Sen em outros lugares.

### **b) Críticas relativas à vinculação liberal da AC, defesa do livre mercado e excesso de liberalismo**

As citações que Sen faz à Marx ao longo de sua obra são superficiais, constituindo menções às preocupações humanistas<sup>4</sup> do intelectual Karl Marx sem de fato debater os temas centrais tratados por Marx, como a teoria do valor trabalho, o fetichismo da mercadoria ou alienação. A alienação dos indivíduos simplesmente não é considerada na conceituação de *Desenvolvimento como Liberdade* (1999), nem em outras obras. Respondendo às críticas, Sen argumenta que enxergar o sistema capitalista apenas como “uma conglomeração de comportamentos gananciosos e individualistas” é subestimar sua ‘ética’. Mercados eficientes são baseados em instituições sólidas e na confiança mútua, e a liberdade de perseguir desejos e aspirações de modo racional e inteligente pode ser um grande fator de aprimoramento moral (como opção ao cerceamento

---

(4) Sen menciona Marx na defesa da superioridade do capitalismo contra a escravidão em *Desenvolvimento como Liberdade* (1999).

das liberdades por regimes tirânicos ou ditatoriais, por exemplo). Contudo, ‘apesar de sua eficácia’, a ética capitalista é severamente limitada em alguns aspectos, como a desigualdade econômica, a proteção ambiental e a necessidade de cooperação de agentes que operam fora do mercado (Sen, 1999). O autor de fato não entra em maiores detalhes e não justifica as origens dessa ‘ética capitalista’ nas obras analisadas, apenas pincelando temas importantes como bens públicos fora do alcance do mercado e desigualdade econômica.

Argumentar-se-ia, em favor da AC, que como esta abordagem propõe apenas um marco normativo para identificar e mensurar desenvolvimento humano por meio da expansão das liberdades reais dos indivíduos, não teria porque incorporar as contradições do capitalismo global. No entanto, ao se constituir como uma proposta de construção de um espaço para avaliações de arranjos sociais, a AC já carrega em si certo teor normativo que não pode ser dissociado de seu significado político construído a partir de sua particularidade histórica. Embora seja teoricamente concebível que teorias marxistas contribuam com explicações para as situações de privação observadas pelas lentes da AC, de fato isso não foi observado na prática, pois o marco conceitual acaba influenciado as escolhas metodológicas do pesquisador.

Ben Fine (2001) considera que muitos dos problemas enfrentados pela AC, como essa tensão micro-macro manifesta tanto no individualismo metodológico como na ausência de um debate acerca dos condicionantes estruturais da economia global, assim como o alto nível de generalismo e a falta de uma leitura histórica-política da realidade social constituída são, na verdade, todos aspectos oriundos da origem do pensamento de Sen na Teoria da Escolha Social que ainda não foram resolvidos. De fato, a origem microeconômica do pensamento de Sen deixou marcas na AC e, segundo as críticas de Fine, Sen teria falhado em não elaborar, ou ao menos não adotar mais resolutamente, uma ‘economia política do capitalismo’.

Ademais, é sabido que a lógica de acumulação capitalista está por detrás de grande parte dos problemas sociais, vistos como situações e características do tecido social que impedem ou dificultam muito o acesso à capacidade positivamente valorizadas pelos indivíduos. Tais análises, mesmo realizadas no nível microeconômico não resultariam necessariamente de uma tensão macro-

micro ou de uma suposta prerrogativa capitalista, mas de certo se beneficiariam de uma leitura política da economia global, como proposto por Fine.

### **c) Críticas relativas ao conflito capital-trabalho, exploração e alienação**

A alienação para Marx pode ser compreendida como a lógica social em que tanto detentores como não-detentores dos meios de produção são subsumidos à lógica autônoma do capital, força autogerada com a necessidade premente de se expandir, rompendo os limites de sua própria acumulação (Marx, 2014, Livro I).

Se para O’Hearn (2009), Sen ficaria na retaguarda, evitando tecer críticas diretas ao papel de estados e instituições, abrindo espaço apenas para ajustes pontuais, sem discutir as assimetrias de poder entre os estratos sociais, a crítica de Dean (2009) a este respeito é mais pontual e objetiva: O autor argumenta que, numa economia de mercado, certos funcionamentos valorizados pelas pessoas como o cuidado pelas crianças, o estudo, trabalho voluntário e doméstico não possuem valor de mercado e, portanto não são recompensados como “trabalho socialmente produtivo”, restringindo ou comprometendo nossas capacidades. Para Dean (2009), nossa habilidade de exercer funcionamentos de acordo com o que escolhemos ser e viver é severamente constricto pelo modo de produção global, implicando muitas vezes na redução da liberdade alheia num regime de concorrência e luta por recursos.

A questão que necessita ser melhor investigada então é até que ponto o desenvolvido humano no sentido da expansão das capacitações individuais é possível no modo de produção capitalista, considerando também o direito das gerações futuras de viverem uma vida longa, saudável e “digna de ser vivida”, com abundância de recursos humanos e naturais. Outra questão relevante é se o próprio processo de expansão das capacitações que constituem uma “vida digna” não coaduna contra as características perniciosas do capitalismo, ou seja, à parte de um enfoque de necessidades básicas que considera a geração de emprego e renda como capacitações básicas, a AC apresenta ferramentas flexíveis de mensuração do desenvolvimento humano para além do sistema capitalista, das engrenagens da alienação do trabalhador?

Para Chooback (2010), Marx e Sen são claramente motivados pelo mesmo desejo de melhorar a qualidade vida bem-estar e a liberdade humana. Marx condena o capitalismo nas bases de que este impede a realização do potencial humano como agentes ativos, em busca de nossos objetivos de vida e do “florescimento humano”, no sentido aristotélico. Esta realização plena do potencial humano também é a base filosófica e moral da Abordagem das Capacitações, com a diferença de que a AC trabalha a partir da realidade social em que vivemos, acreditando ser possível alterá-la sem mudar substancialmente o nosso modo de produção, ou pelo menos, situando-se como abordagem propositalmente incompleta, este não é seu foco primário. Outro aspecto importante é que a necessidade de escrutínio público e participação democrática são componentes essenciais da AC, de modo a promover o debate e a reflexão, seja para determinação coletiva de um plano de desenvolvimento local ou para o debate acerca de uma lista de capacidades humanas centrais para viver uma vida livre de exploração (Alkire, 2008; Nussbaum, 2000). Se de fato isto ocorrer, com plena participação popular organizada, haveria ainda alguma possibilidade de promoção do desenvolvimento humano dentro do atual sistema de produção. Não obstante, faz-se necessária uma revisão crítica das condições para que se crie de fato uma economia política do capitalismo, de modo a incorporar também as contradições da economia global no espaço avaliativo das capacidades.

### **Comentários finais**

Embora a AC guarde pontos de sinergia com as motivações humanistas de Marx em relação aos fins últimos do desenvolvimento humano, as duas correntes se distanciam ao passo que a corrente marxista passa a se concentrar nas contradições sistêmicas inerentes ao sistema de produção capitalista expostos por Marx em *O Capital* e nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, *inter alia* enquanto Sen enfoca na expansão do leque de oportunidades de fato acessíveis e valoradas pelo indivíduo.

Tais diferenças podem ser explicadas pelos diferentes contextos sociais em que as diferentes abordagens foram elaboradas: é possível que a realidade social marcada pelos abusos de poder típicas da fase do capitalismo ‘selvagem’ do século XIX não possibilitaram que Marx vislumbrasse outras saídas para a dignidade humana dentro do sistema vigente, o que levou a proposição da

coletivização dos bens de produção como único modo de escapar da alienação e recuperar a dignidade humana.

A origem microeconômica do pensamento de Amartya Sen na Universidade de Cambridge nos anos cinquenta deixa resquícios mal resolvidos, como a ausência de uma sistematização acerca das contradições inerentes entre expansão de capacitações e as contradições inerentes do sistema capitalista, como bem sintetiza Fine (2001): a extensão e natureza da contribuição de Sen dependem ultimamente do diálogo crítico com sua obra, no sentido de enriquecê-la com uma teoria crítica do capitalismo contemporâneo

Em meio a este debate, foi especialmente útil analisar as críticas de autores recentes que centram sua análise em temas que ecoam contribuições centrais de Marx, como as temáticas da exploração do trabalho, a teoria da alienação, individualismo e a falta de entendimento histórico-social das relações de poder para avaliar em que medida estas críticas se mantêm ou não atuais e relevantes, concluindo que algumas delas podem ser usadas para aprimorar o marco normativo proposto por Sen. O valor heurístico da Abordagem das Capacitações como proposta de espaço avaliativo da condição humana de fato não é afetado pelas críticas dos quatro autores apresentadas neste artigo. Ao contrário, a discussão acerca das estruturas de dominação e relações de poder intrínsecas ao modo capitalista de produção só vem a agregar para o debate, abrindo caminho para a possibilidade de incorporar temas centrais da literatura marxiana ao marco teórico proposto por Sen.

### **Referências bibliográficas**

ALKIRE, S. *Valuing freedoms: Sen's Capability Approach and poverty reduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002a.

ALKIRE, S. Using the capability approach: prospective and evaluative analysis. Measuring capabilities. In: COMIM, F.; QIZILBASH, M.; ALKIRE, S. *The Capability Approach: concepts, measures and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 26-50.

BAGCHI, A. K. Amartya Kumar Sen and the human science of development. *Economic and Political Weekly*, v. 33, n. 49, dez. 1998.

p. 3139-3150. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4407445>. Acesso em: 25 out. 2014.

BOMFIM, M. O. *A Capability Approach de Amartya Sen e o Indicador de Desenvolvimento Humano – IDH*. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_arquivos/10/TDE-2012-08-22T11:22:43Z-12828/Publico/Marianna%20Percinio%20Moreira%20Bomfim.pdf](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/10/TDE-2012-08-22T11:22:43Z-12828/Publico/Marianna%20Percinio%20Moreira%20Bomfim.pdf). Acesso em: 5 out. 2014

BULL, M. Vectors of the biopolitical. *The New Left Review*, n. 45, Abr./Jun. 2007.

CHOOBACK, N. *Marx's theory of alienation and the Capability Approach: a comparative study*. Tese (Mestrado)–The School of Graduate and Postdoctoral Studies. The University of Western Ontario, London, Ontario, Canada, 2010.

COMIM, F. Measuring capabilities. In: COMIM, F.; QIZILBASH, M.; ALKIRE, S. *The Capability Approach: concepts, measures and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 157-200.

CRESPO, R. On Sen and Aristotle. IAE Business School – Austral University, 2008. (Working Paper Series, DT IAE 03/2008 IAE). Disponível em: [http://www.iae.edu.ar/pi/%20Documentos%20Investigacin/Working%20Papers/DTIAE%2003\\_2008.pdf](http://www.iae.edu.ar/pi/%20Documentos%20Investigacin/Working%20Papers/DTIAE%2003_2008.pdf). Acesso em: 12 out. 2014.

DEAN, H. Critiquing capabilities: the distractions of a beguiling concept. *Critical Social Policy*, v. 29, n. 2, 2009.

DENEULIN, S. Beyond individual freedom and agency: structures of living together in the capability approach. In: COMIM, F.; QIZILBASH, M.; ALKIRE, S. *The Capability Approach: concepts, measures and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 105-123.

ELSTER, J. The case for methodological individualism. *Theory and Society*, v. 11, n. 4, p. 453-482, Jul., Springer 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/657101>. Acesso em: 15 dez. 2014.

FINE, B. *Amartya Sen: a partial and personal appreciation*. London: Centre for Development Policy & Research (CDPR). School of Oriental and African

Studies. University of London, 2001. (CDPR Discussion Paper, 1601). Disponível em: <http://www.soas.ac.uk/cdpr/publications/papers/file24315.pdf>. Acesso em: 25 out. 2014.

FOSTER, J. *A report on Mexican multidimensional poverty measurement*. Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oct. 2007. (OPHI Working Paper, n. 40). Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-40>. Acesso em: 15 jan. 2015.

JIRSA, J. To ergon tou anthropou. In: *The Politics of Aristotle: Reconstructions and Interpretations*. *Hungarian Philosophical Review*, v. 57, p. 9-23, 2013.

MARX, K. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2004.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2014.

MCLELLAN, D. *The Thought of Karl Marx*. Hong Kong: Papermac, 1980.

NUSSBAUM, M. *Woman and human development: the capabilities approach*. Cambridge University Press, 2000.

O'HEARN. Amartya Sen's development as freedom: ten years later. *Policy & Practice: A Development Education Review*, v. 8, p. 9-15, 2009. Disponível em: <http://www.developmenteducationreview.com/issue8-focus1?page=show>. Acesso em: 25 out. 201

QIZILBASH, M. Amartya Sen's capability view: insightful sketch or distorted Picture? In: COMIM, F.; QIZILBASH, M.; ALKIRE, S. *The Capability Approach: concepts, measures and applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 53-81.

ROBEYNS, I. Equality and Justice. In: DENEULIN, S.; SHAHANI, L. (Ed.). *An introduction to the human development and Capability Approach: freedom and agency*. London: Earthscan, 2009. p. 101-120.

RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Livraria e Editoria Polis, 1987. (Coleção Teoria e História, 13).

SEN, A. Rational fools: a critique of the behavioral foundations of economic theory. *Philosophy & Public Affairs*, v. 6, n. 4, 1977. p. 317-344. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2264946>. Acesso em: 20 out. 2014.

SEN, A. Equality of what? *The Tanner Lecture on Human Values*. Palestra feita na Universidade de Stanford em 22 de Maio de 1979. Disponível em: <http://tannerlectures.utah.edu/documents/a-to-z/s/sen80.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SEN, A. *Commodities and capabilities*. Amsterdam: Elsevier, 1985.

SEN, A. Economic methodology: heterogeneity and relevance. *Social Research*, n. 56, 1989. Disponível em: <http://www.helsinki.fi/jarj/inem/methodus/pdf/>.

SEN, A. *Inequality Re-examined*. Oxford: Clarendon Press. 1992.

SEN, A. Capability and Well-being. In: NUSSBAUM, M.; SEN, A. (Ed.). *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993. p. 30-66.

SEN, A. On the foundations of welfare economics: utility, capability and practical reason. In: FARINA, F.; HAHN, F.; VANNUCCI, S. (Ed.). *Ethics, rationality, and economic behaviour*. Oxford: Clarendon Press, 1996. p. 50-65.

SEN, A. *Development as freedom*. Nova York: Anchor Books, 1999.

SEN, A. Reason, freedom and well-being. *Utilitas*, v. 18, 1. ed., p. 80-96, Mar. 2006.

TESCHL, M.; COMIM, F. Adaptive preferences and capabilities: some preliminary conceptual explorations. *Review of Social Economy*, Taylor & Francis, v. 63, 2. ed., p. 229-247, 2005.

VIZARD, P. *Poverty and human rights Sen's 'Capability Perspective' explored*. Oxford, England, Oxford University Press, 2005.

## Site Consultado

ATLAS BRASIL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/desenvolvimento\\_humano/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/). Acesso em: 10 jan. 2015.